

## **Discurso do Ministro da Educação, Dr. Tarso Genro**

Magnífica Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Prof<sup>a</sup> Ana Lúcia Almeida Gazzola, Prof<sup>a</sup> Vanessa Guimarães Pinto, que aqui representa meu amigo Governador Aécio Neves da Cunha, Prof. Oscar Acselrad meu companheiro de trabalho do Ministério da Educação que aqui representa o Prof. Nelson Maculan, Secretário da SESu, Prof. David Aguilar Peña, Magnífico Reitor da Universidade de Granada, Prof. Jorge Brovetto, a quem tenho a honra de conhecer já há muito tempo de nossa vizinha e querida Montevideú e que honra e dignifica a sua posição de mestre e de hoje Secretário Executivo da Associação de Universidades do Grupo Montevideú, Prof. Adolpho José Melfi, meu querido Reitor da Universidade de São Paulo, mestre respeitado e venerável em toda academia brasileira, que me dá a honra da sua presença e da Reitora Wrana Panizzi, ex-presidente da Andifes, reitora da minha Universidade Federal do Rio Grande do Sul, integrante externo do grupo executivo da reforma da universidade.

Mencionando essas autoridades, queria saudar carinhosa e fraternalmente todos os integrantes dessa plenária, alguns que acorreram de países tão distantes, mas tão importante para nós, como é importante para nós, na nossa vizinhança fraterna, amável e solidária dos nossos companheiros da América Latina.

Um dos meus defeitos não é a prolixidade. Vou tentar ser breve, direto e provavelmente provocativo para apreciação do Prof. Adolpho sobre o tema Universidade, Cooperação Internacional e Diversidade. Gostaria de desenhar este tema partindo dos movimentos políticos que o governo do Presidente Lula vem fazendo em escala global. Poderiam ser sintetizados brevemente em três movimentos harmônicos. Primeiro, da busca solidária, negociável, do redesenho das relações internacionais. Segundo a composição de uma pauta nova neste redesenho – a questão da fome –, que diz respeito a países como o nosso e, ainda mais tragicamente, de outros países em escala global. Terceiro, baseado nesses dois primeiros movimentos harmônicos, uma busca de estabelecimento de uma nova cooperação, de um novo sistema de cooperação, que envolve, por exemplo, um debate global de modificações na política de subsídios que prejudicam os países emergentes e os países que estão fora do grupo orgânico, o capitalismo desenvolvido e que estabelece uma relação direta, um comportamento das agências internacionais que monitoram o desenvolvimento econômico e financeiro global, que são, na verdade, instituições de direcionamento da dívida pública dos países intermediários, dos países do terceiro mundo.

Esses movimentos feitos pelo Presidente da República, sintetizando as condições do nosso Governo, não são movimentos de cultura com ordem internacional e nem de proposta de auto-segregação ou de seletividade nas relações do Brasil com um conjunto das nações do planeta, mas significa buscar uma determinada hierarquia de relacionamentos, de proposição de interesses, de negociações que apontem para a retomada do projeto nacional, projeto nacional compartilhado em escala global, respeitoso do direito internacional público privado, mas efetivamente uma mudança de rumo na construção de um projeto de nação.

Penso que o tema universidade, cooperação internacional e diversidade deve ser tratado a partir de algumas indagações preliminares, obrigatórias, pontos de convicção, pois, mais amplos do que a mera relação entre instituições, todos que deveriam informar, portanto, a possibilidade real da constituição de uma cooperação internacional de carga

democrática. Abordo esses pontos de convicção a partir de três perguntas fundamentais. Primeiro, há hoje uma verdadeira cooperação entre estados nos quais se situam essas instituições? Há uma cooperação real na atual assimetria das relações internacionais? Segunda pergunta ou questionamento: da atual listagem da globalização tutelada pelo capital financeiro, a democracia já contribuiu para nova coesão social interna dos países do segundo e do terceiro grupo, após os processos galopantes de privatização do estado e de restrição da própria estabilidade da máquina pública, do serviço público e dos direitos sociais? E o terceiro questionamento: o processo de homogeneização cultural e política dos últimos 50 anos, que sobreveio ao fracasso dos experimentos totalitários, à esquerda e à direita, que ocorreram nesse período, este processo de homogeneização pode ser sucedido por um reforço das identidades nacionais a partir das quais livremente se favoreçam os reconhecimentos – com esse processo de homogeneização tão violento, com umas respostas fundamentalistas que estão sendo dadas nos últimos 30 anos – àquilo que se processou nos territórios nacionais e nas identidades nacionais regionalizadas ou localizadas?

De fato o panorama não é favorável, eu vou apontar em primeiro lugar na minha opinião, os aspectos mais dramáticos e mais negativos deste panorama para depois buscar as contra tendências em torno das quais, na minha opinião, é possível construir uma saída para esta situação dramática. Gradativamente o elo fundamental através do qual se construiu a queda dos totalitarismos – que aqui na América Latina tivemos impressões concretas dele, a partir da década de 70 – as convicções democráticas que se opuseram a estas formas vem sendo substituídas pela emoção, pelo sentimento e pelo conceito de segurança. Portanto, aquilo que unificava a sociedade, aquilo que a titulava – corações e mentes em torno de ideais democráticos, republicanos –, vem sendo trabalhado de maneira sistemática para ser substituído pela segurança de uma categoria central da política e não o direito, a liberdade e a justiça.

Segundo, a cooperação, ela vem acompanhada a regras de ações de polícia econômica e financeira, quando não, militar. Esta transformação da cooperação e cada vez mais ações de correção, ações de polícia sobre os países do segundo e terceiro grupo, tem determinado não só um obstáculo ao amadurecimento nas suas elites políticas, mas, também, tem proporcionado resultados sociais extremamente degradantes.

As diversidades desse contexto vêm suprimindo a capacidade de reconhecer através da afirmação da sua identidade, porque só se reconhece aquele que estabelece suas identidades. Aquele que se conecta com outro a partir da afirmação da identidade, da sua identidade, é que tem capacidade de reconhecer o outro. Esse reconhecimento vem sendo substituído pela linguagem da violência. A partir dessa leitura poderia se ter uma visão muito ilícita das possibilidades de cooperação internacional dentro do reconhecimento da diversidade e do papel que a academia, do papel que a universidade poderia e deve ter nesta situação.

Mas eu quero apontar algumas contratendências, portanto, algumas possibilidades que podem apoiar inclusive a instituição da academia como um elemento extremamente valioso e vital para reverter essa situação.

Primeiro, o fato de que há um reconhecimento universal da finitude dos recursos naturais, o que implica em reconhecer que os próprios países ricos, no interior dos próprios países ricos, já se processa um sentimento de que eles não podem mais manter – para favorecer os seus extratos superiores – uma permanente e racional depredação do capital

natural que atualmente eles realizam. Portanto, o sentimento define tudo dos recursos naturais. Pela primeira vez socializa a possibilidade de reconhecimento e de universalização de um sentimento de finitude da humanidade. As catástrofes naturais, que não obedecem à alfândega e nem são necessariamente transmitidas pela internet, constituem, portanto, hoje um elemento universal da política.

Segunda questão, uma transformação que ocorreu no último período: as grandes transformações que superaram no plano científico e tecnológico permitindo emergir relações horizontais de intercâmbio que não só integram o conhecimento, mas distribuem informação em escala global, determinando, portanto, não somente a informação das tragédias, mas também impedindo o policiamento do pensamento através do domínio monopolizado dos grandes meios de comunicação, que ocorre não somente num país como o nosso, como também, nos países do grupo orgânico do sistema capitalista global. Pode-se perceber, por exemplo, o cuidado que determinados países – classificar apenas um, que não seja polêmico – que a Coreia, por exemplo, têm de não permitir o acesso à internet a sua população para que ela possa saber o que ocorre no mundo. E essas relações horizontais de intercâmbio, elas não podem mais ser controladas pelos estados, não podem mais ser submetidas pelas classes dominantes e, portanto, elas constituem um elemento de revitalização, a possibilidade de revitalização da agenda democrática em escala global feita de maneira horizontal.

Terceiro elemento, a transformação da velha luta de classes. A luta de classes se expressava com sujeitos orgânicos reconhecidos, através dos seus sindicatos, seus partidos, de suas corporações empresariais e de constituir sujeitos com programas e com culturas definidas e que tanto apontava para a possibilidade de recondução, como apontava para negociação da reforma.

Esta luta de classes vem sendo absorvida dos países do segundo e terceiro grupo através de uma outra dialética, onde o conjunto de classes não aparece através do seu sujeito orgânico, mas aparece através da dialética inclusão e exclusão e, portanto, não só reforça a insegurança como categoria central da política, mas tem também um aspecto positivo. A exclusão amedronta todas as classes incluídas e obriga que elas pensem, inclusive, como classes que devem negociar, devem compartilhar as discussões porque enquanto a maioria não come, a minoria incluída, no nosso caso, não dorme.

Portanto esta alteração nos padrões tradicionais da luta de classes ela faz, ela impele, ela impulsiona, ela pode impulsionar também uma revitalização do sentimento democrático, porque são conflitos que só serão resolvidos com a inclusão. E, portanto, se a utopia, pelo menos na minha geração, fosse configurada na constituição da sociedade sem classes, hoje ela se constituiria de uma forma muito mais modesta, mas muito mais realista que é incluir as pessoas na sociedade de classes, portanto, a partir do trabalho, a partir do reconhecimento dos seus direitos, a partir da conferência que as políticas públicas dão a essas pessoas.

Há um estatuto da dignidade e da possibilidade de exercício pleno das suas conquistas escritas nas constituições democráticas a partir (...) Creio que há – me perdoem os que aqui representam universidades do primeiro mundo, embora não goste dessa expressão, mas é a expressão mais usada, de certa forma tem uma certa nacionalidade – uma diferença na função histórica da universidade em países como o Brasil, relativamente aos países que já tiveram uma experiência democrática consolidada; países que já se constituíram como nações modernas e que já passaram como *status* de bem-estar ou ainda

---

estão, para felicidade de alguns, no *status* de bem-estar, a de que países como o Brasil na verdade constituem nações inconclusas. Nós somos uma nação inconclusa.

A nossa tarefa não é reproduzir e manter o estado nacional de funcionamento, equilibrar as ações sociais, manter e organizar aquilo que já se entranhou no cotidiano dos cidadãos, que já constituem um patrimônio de toda sociedade e onde existe uma identidade nacional já constituída, inclusive, pela coesão social. O nosso país, países como o Brasil, não têm dois requisitos fundamentais que constituem a identidade nacional, que dão base à identidade nacional, que é a coesão social e o controle do seu território. Nós temos vastas extensões de território brasileiro, como a Amazônia, que não são controladas, ainda, de maneira completa e que são na verdade territórios de disputa, considerados, inclusive, em alguns centros internacionais como se fossem patrimônio da humanidade e que na verdade são patrimônio de um país. Para ser um patrimônio da humanidade tem que ser, em primeiro lugar, patrimônio de uma nação.

Dessa forma, a universidade de um país como o nosso é uma universidade diferente da sua função histórica, concreta, exercida no momento de ser forjar os estados nacionais modernos do primeiro mundo. São instituições que devem contribuir para forjar um projeto nacional, para instituir a nação que ainda está inconclusa. Qual seria ou quais seriam, nessas condições, os pontos óticos a serem buscados?

Primeiro, uma cooperação capaz de, ao mesmo tempo que se comunique horizontalmente com o centro de inteligência, de produção de conhecimento, de pesquisa, de ciência, se comunique horizontalmente; se comunique também com os de baixo e, nessa comunicação com os de baixo, possa ao mesmo tempo abrir-se e constituir excelências. Este movimento é para nós um movimento vital, por isso a Universidade, num país como o nosso, não pode ser apenas uma comodidade de alto nível, ela tem que ser uma instituição que busque a excelência, que constitua um misto de excelência, - inclusive em nosso país, em virtude dessa questão nacional -integrado a uma visão de desenvolvimento regional, articulado, e que, ao mesmo tempo, abram espaços para aquela transição massiva, de baixo para cima, ou pelo menos molecular, para formação das elites aqui tomadas elites por grupos com capacidade de dirigentes.

Segundo, uma cooperação capaz de influir sobre os governos. Isso pode ser exercido plenamente a partir da autonomia da universidade, que não pode ficar circunscrita ou dirigida e determinada pela contingência do grupo político do governo e, sim, deve ser uma instituição do estado nacional, o que não há nenhum precedente. Eu olho, não há nenhum precedente, permitam, prático, concreto, de transição de um modelo como esse, que inclusive puseram nos últimos 40 anos, para um outro modelo com altas taxas de crescimento, inclusão e distribuição de renda. Não há nenhum precedente ainda e, mais do que isso, não há nenhuma formação teórica suficientemente convincente e acabada que dê, portanto, coerência à ação prática de fazer essa transformação. Portanto, a universidade aberta para os de baixo, constituindo pontos de excelência, não deve ser caimento de produção dessa transição de formação teórica, para que essa prática não caia no pragmatismo e se ajoelhe perante as condições que são dadas hoje globalmente para países como o nosso.

O terceiro elemento é que deve caracterizar essa cooperação, na minha opinião, terceiro ponto ótico a ser buscado. É permitido que se formem blocos regionais fortes, onde as universidades, nas suas relações horizontais tenham um papel determinante; blocos regionais que tenham estatuto jurídico, político, definido que permita que essas relações de

cooperação global não se dêem exclusivamente de países para países, mas de bloco para bloco e que no interior desses blocos possam se socializar os benefícios dessa comunicação e dessa relação com aqueles países ainda economicamente mais débeis; países com menos força política, países com menos necessidade militar, mas que são nações que têm a mesma importância estratégica para o futuro da humanidade, para a humanidade democrática, consideradas como qualquer outro país gigantesco. Estou me lembrando aqui do meu vizinho Uruguai. Dessa forma, com esses três pontos óticos a serem buscados é possível desenhar um papel da cooperação interuniversitária, que é última instância; uma cooperação em que se parte de muito reconhecimento, mas em que se parte também de uma detonação de diferenças e da importância que tem a instituição da universidade para um desenho de um projeto nacional para nações inconclusas como as nossas. Muito obrigado.

**Brasília, 11/8/2005**